



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 7/2015

----- Aos dez dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência do Vice-Presidente Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente justificou a ausência da Presidente da Câmara por estar presente na reunião extraordinária da CIMLT.-----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 5/2015 referente á reunião ordinária de 13 de março.-----

----- Aprovada pou unanimidade.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Oitenta e um mil, novecentos e quinze euros e oitenta e quatro cêntimos.-----

----- Operações não Orçamentais: Cento e sessenta e sete mil, cinquenta e seis euros e setenta e sete cêntimos.-----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- VALORSUL – TRATAMENTO E DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – TARIFÁRIO PARA O ANO DE 2015 -----

----- SMAS DE TORRES VEDRAS – AFLUÊNCIAS INDEVIDAS A ETAR'S -----

----- CUIDADOS DE SAÚDE EM RIO MAIOR – DEPUTADOS DO PSD QUESTIONAM MINISTÉRIO DA SAÚDE -----

----- SITUAÇÃO DOS CENTROS DE SAÚDE DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO – GRUPO PARLAMENTAR OS VERDES-----

----- CONTRATOS DE EMPREGO –INSERÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS – GRUPO PARLAMENTAR OS VERDES-----

----- ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A PLATAFORMA LOCAL DE OPERACIONALIZAÇÃO E GESTÃO DA MARCA NATURAL, P.T. – ICNF-----

----- CONVITE À SRA. PRESIDENTE PARA PARTICIPAR NA INICIATIVA DE CIDADÃOS “PELO DIREITO A NASCER “-----

----- CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR “O NINHO”_ CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS-----

----- BALANÇO DE ATIVIDADES DA CASA SENHORIAL – MÊS DE MARÇO-----

----- ATIVIDADE POSTO DE TURISMO – PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2015-----

----- O Vice-Presidente apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre as questões da saúde referiu tratar-se de um problema que a todos preocupa e questionou quantos utentes estavam sem médico de família no concelho de Rio Maior.-----

----- Questionou também quantos trabalhadores estão colocados nas escolas e jardins de infância do concelho de rio Maior no ambito dos projetos CEI e CEI+.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Congratulou-se com a apresentação do relatório do Posto de Turismo sobre as atividades do 1º trimestre e realçou o excelente trabalho que está a ser desenvolvido pela Dra. Cristina Vicente e toda a sua equipa que leva bem longe o nome de Rio Maior.-----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Informou que os projetos relativos a Contratos Emprego Inserção servem para colmatar as eventuais falhas que possam surgir e na totalidade existem vinte e um trabalhadores da responsabilidade do município, afetos aos dois agrupamentos escolares. Informou também que o número de pessoal não docente é de setenta e três funcionários pertencentes ao município, total este muito acima do rácio, Aditou que o Ministério da Educação só transfere o equivalente ao calculo do rácio, pelo que

salientou o esforço da autarquia em manter os referidos trabalhadores para que os serviços sejam prestados em condições.-----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que existem no Concelho de Rio Maior onze mil duzentos e noventa e nove utentes sem médico de família.-----

----- Enalteceu o facto das autarquias como a de Rio Maior que para melhorar ainda mais a qualidade do serviço prestado aos alunos e a expensas próprias recorrem aos projetos do Instituto do Emprego e Formação Profissional.-----

----- Também se congratulou pelo trabalho desenvolvido na área do turismo, pela equipa chefiada pela Dra. Cristina Vicente. Aditou que ainda há muito a fazer em prol do turismo concelhio, nomeadamente no principal pólo de atração que são as Salinas, onde ainda existem problemas de vária ordem para resolver.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Deu conhecimento de mais um feito do nadador Riomaioense Pedro Oliveira que no dia três de abril, em Coimbra, bateu o record nacional dos cem metros costas, que já lhe pertencia. Endereçou os parabéns ao Pedro Oliveira, pois é um orgulho para Rio Maior ter um atleta deste nível e que eleva o nome de Rio Maior por todo o Portugal e além fronteiras.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Como presidente do Rotary Clube de Rio Maior enalteceu a forma como decorreu o RYLA 2015, reconhecido por todos como um dos melhores e mais bem organizados, o que prestigia não só o núcleo local, mas também as entidades que estiveram ligadas ao processo, nomeadamente a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, levando aos diversos pontos do País uma excelente imagem de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Perguntou o que estava previsto no plano de estratégia da Câmara Municipal de Rio Maior para as candidaturas ao “Portugal 2020”.-----

----- Questionou qual era a perspectiva da Câmara Municipal relativamente às transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, de acordo com os compromissos assumidos.-----

----- Perguntou se já se sabia qual o programa para as comemorações do “25 de Abril”, referindo a propósito que se está a viver um tempo de urgência, assistindo-se a um “espantoso fumo sobre a realidade”, nomeadamente quanto ao número de desempregados e à redução da dívida. A cada dia que passa a Constituição da

República Portuguesa não é cumprida nas áreas relativas à Saúde e Educação, entre outras. Aditou que o Poder Local nunca foi tão atacado na sua autonomia administrativa e financeira, como por este governo. Disse que o objetivo desta política é reduzir os municípios a uma pequena intervenção, o que na sua opinião era preocupante.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Deu conhecimento que os serviços dos CTT atribuíram números de código postal às ruas: Estrada da Fonte das 3 Bicas” no lugar da Freiria; “Rua Dr. Sousa Martins”, “Rua do Barreiro”, “Rua 10 de junho” e Rua “Carlos Augusto Borges, todas em Rio Maior.-----

----- Relativamente às comemorações do “25 de Abril” informou que as mesmas se iniciavam com o espetáculo de Paulo de Carvalho, no Cineteatro. No dia 25 de abril a Sessão Solena comemorativa dos quarenta e um anos tem início às dez horas e trinta minutos, seguindo-se a inauguração de uma exposição alusiva ao acontecimento. Às vinte e uma horas e trinta minutos, no Cineteatro realiza-se um musical denominado “Abril em Portugal” produzido por Filipe Moura, com a participação graciosa de vários riomaiorenses.-----

----- Terminou a sua intervenção referindo que no dia catorze de abril realizar-se-á em Rio Maior a fase distrital do Concurso Nacional de Leitura, na Biblioteca Municipal e no Cineteatro, terá a participação de cento e trinta e um alunos do distrito e respetivos acompanhantes das escolas. A realização do concurso teve a colaboração dos professores das três escolas públicas de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Referiu ainda o grande prémio de Marcha Atlética a realizar no dia 18 de abril e informou que já estavam inscritos vinte países. Dado o prestígio da prova também o Campeonato Nacional de Marcha se realiza no mesmo dia em Rio Maior. A nível mundial só há seis provas deste tipo, sendo um grande prestígio para Rio Maior continuar a ter esta prova de nível mundial e que leva o nome do concelho a todo o mundo.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a usar da palavra para informar que a revista “Rotas&Destinos” esteve em Rio Maior nos dias vinte e oito e vinte e nove de março e fez uma visita detalhada à Casa Senhorial e às Salinas, cuja intenção é editar uma publicação com a divulgação destes espaços.-----

----- Concluiu referindo-se ao lançamento do último CD da acordeonista Eugénia Lima

que também foi acompanhado com a inauguração de uma exposição na Casa Senhorial com algum do espólio pertencente a D.Miguel. Também foi assinado um protocolo com a Fundação D. Manuel II, representada pelo Duque de Bragança. O opúsculo que se encontrava à disposição dos visitantes com um breve resumo sobre o espólio de D. Miguel que estava em exposição e da evolução da Casa Senhorial, continha incorreções, algumas das quais ainda foram detetadas em tempo útil, mas que não foram da responsabilidade da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a usar da palavra para se congratular com o êxito alcançado pelo atleta riomaiorense Pedro Oliveira, recordando que, na época, foi considerado uma ousadia o Clube de Natação implementar o Grande Prémio de Marcha e hoje é um dos seis a nível mundial. Endereçou os parabéns ao Pedro Oliveira, um jovem incansável, muito trabalhador e que soube aproveitar as condições que o município disponibilizou.-----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que, enquanto cidadão, considerava a comunicação entre o Poder Central e as Autarquias bastante complicado, dando como exemplo um email recebido da Direção-Geral do Património, na 4ª feira ao fim da tarde, para a Câmara apresentar pré-candidaturas nesta área, até às 13H00, de 5ª feira. Os prazos de resposta tornam-se incontornáveis, embora o município tenha apresentado três pré-candidaturas, relativas, nomeadamente, à Mina do Espadanal, Villa Romana e Casa Senhorial d'El Rei D. Miguel, o que só foi possível com o empenho dos serviços, o que agradeceu.---

----- Informou que durante a próxima semana será agendada uma reunião com os Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- Deu também conhecimento, que a próxima reunião de Câmara será antecipada para o dia vinte e um de abril, pelas dez horas, dado que a realização da Assembleia Municipal foi antecipada para o dia vinte e oito de abril.-----

----- Agradeceu as palavras do Vereador Dr. Carlos Nazaré relativas à forma como decorreu o "RYLA 2015", referindo que a Sra. Presidente da Câmara gostou muito da forma como decorreu a cerimónia. Aditou que o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, como presidente do Rotary Clube de Rio Maior, está de parabéns, pois este tipo de atividade muito dignifica o concelho.-----

----- Para terminar deu conhecimento do estado fitossanitário das palmeiras da Rua Almirante Cândido dos Reis e informou que a situação não está controlada apesar de todos os tratamentos efetuados.-----

----- Deu também conhecimento que, contrariamente ao que estava perspetivado, a

colocação do busto de homenagem a Marcolino Sequeira Nobre não vai ser possível concretizar-se no decorrer das comemorações do “25 de Abril”, por razões não só da sua localização, mas também porque o escultor que acompanha todo o processo está com problemas de saúde.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes a reunião despachos para ratificar).-----

----- **PONTO II - REFORÇO AO SUPLEMENTO ALIMENTAR - ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é apoiar a atribuição do suplemento alimentar (lanches) a alunos provenientes de famílias de baixos rendimentos, de acordo com a solicitação efetuada pelo Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Salientou a sensibilidade da Autarquia para perceber estes problemas resultantes das políticas macro deste governo, sendo que as transferências da Administração Central são insuficientes não só na área da educação, como na área dos transportes e da saúde. -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável, referindo que não deve ser esquecido que os protocolos foram assinados de boa fé pelos municípios na expectativa que o governo transferisse as verbas correspondentes, no entanto as receitas diminuíram e as responsabilidades são cada vez mais.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu a degradação das condições de vida dos agregados familiares e os números previstos no início do ano letivo alteram-se, pelo que, na sua opinião as escolas deveriam ter autonomia para dar respostas imediatas a estas situações para não ser necessário aguardar pela decisão da Câmara, dado tratarem-se de casos urgentes. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Acerca deste assunto disse que a direção dos dois agrupamentos de escolas e o corpo docente sempre pugnaram para que nada faltasse aos alunos, antes mesmo de se formalizar o pedido de autorização, o mesmo acontecendo com as visitas de estudo do 2º e 3º ciclo que não têm qualquer tipo de participação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

-----**PONTO III – AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO - ANO LETIVO 2014/2015**-----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação dos serviços, autorizar a transferência no valor de 34,44 €, para o Agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva referente aos auxílios económicos ao 1º ciclo do ano letivo 2014/2015.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ser este outro dos assuntos que classifica a política relativa aos autarcas, pois não lhes é dada autonomia e tudo tem de ser objeto de deliberação da Câmara, que se limita a ratificar o valor apresentado. Frisou que estas situações devem ser denunciadas e congratulou-se pelo facto dos autarcas cada vez mais, defenderem o Poder Local e o bem estar das populações. Indicou o sentido de voto como favorável. -

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que este auxílio económico se refere à comparticipação legal para aquisição de manuais escolares. Referiu também que, há cerca de um ano e meio, o executivo decidiu que as transferências para os agrupamentos relativas à aquisição e comparticipação de material e manuais escolares seriam feitas mediante a apresentação do comprovativo da sua compra.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse não concordar que a atribuição das verbas para a aquisição dos livros escolares, só se concretize depois dos encarregados de educação fazerem o comprovativo da compra, pois por vezes as papelarias não lhes dão crédito e as famílias não têm capacidade financeira para fazer o empate de capital. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2015/2016 - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS DO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2015/2016 e autorizar a despesa, que se prevê no valor total de 273,725,00€, com IVA incluído à taxa de 6% para pagamento à Rodoviária do Tejo, conforme mencionado na informação em apreço.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Deu uma breve explicação sobre o assunto dado tratar-se de um procedimento habitual, nomeadamente o pagamento à Rodoviária do Tejo.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que a CDU defende que há outras maneiras de gerir os transportes e numa altura de crise devem ser estudadas outras soluções, no plano local, para evitar a transferência de cerca de duzentos e setenta e três mil euros anuais para a Rodoviária do Tejo. Disse também que deste valor o estado apenas comparticipa cerca de vinte/vinte e cinco por cento, apesar de aumentar as responsabilidades das autarquias nesta área.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e ressaltou o facto de constar em ata o compromisso por parte da Rodoviária do Tejo, de, no final do ano letivo, tentar encontrar soluções para o transporte dos alunos que continuam com exames, depois do encerramento de algumas escolas . -----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que o ideal seria a Câmara ter a possibilidade de fazer os transportes escolares com autocarros da autarquia, o que de momento não é possível, dado a falta de verbas e a indefinição de transferências por parte da Administração Central. ---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES – CIRCUITOS ESPECIAIS – PARA O ANO LETIVO 2015/2016** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação e proposta dos serviços:-----

- Emitir Parecer Favorável Vinculativo nos termos e condições constantes nos documentos em referência;-----

- Autorizar a abertura de procedimento de concurso público para aquisição de serviços para a realização de transportes escolares - circuitos especiais escolares - para o ano letivo 2015/2016, e aprovar as respetivas peças de procedimento;-----

- Autorizar, nos termos do nº 2 do art. 69º do CCP, que sejam delegadas no júri de procedimento, as competências propostas na mesma documentação.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Apenas um sinal político, pois se a CDU disse que tinham de se encontrar soluções alternativas ao abrir os procedimentos. Não votamos a favor, apenas como sinal político.”-----

----- **PONTO VI – VISTORIA DE REABILITAÇÃO URBANA, EM NOME DE M. CARMO IMÓVEIS,LDA. – PROCESSO Nº 1/2015** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações dos serviços, determinar a realização da vistoria e que a comissão seja composta pelos seguintes elementos: Eng.º Francisco José Ferreira Serra; Arq.ª Maria Clara Nota Ramalho; Eng.º Ricardo Nuno Bento do Rosário;-----

Nas faltas e impedimentos dos membros efetivos devem ser substituídos pelos seguintes membros suplentes: Eng.º Álvaro Samora e Arq.º Jorge Peixoto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – CERTIDÃO EM COMO O PRÉDIO NÃO SOFREU QUALQUER ALTERAÇÃO QUANTO À SUA COMPOSIÇÃO, EM BASTIDAS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO C. CARVALHO E GRAÇA FIGUEIREDO LOPES, SOC. DE SOLICITADORES – PROCESSO Nº 50/2015** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida, certificar que o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo provisório P-12517, sito na Rua das Bastidas, n.º 20, em Bastidas, freguesia de Rio Maior, não sofreu qualquer alteração quanto à sua composição e área após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de junho.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, FREGUESIA DE ASSEICEIRA, EM NOME DE NATÁLIA MORGADO DA SILVA FILIPE – PROCESSO Nº 6/2015** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitidos, certificar que para o local assinalado na planta anexa ao pedido da requerente, não

existe qualquer serventia ou caminho público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que tinha dúvidas sobre este assunto pois enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira fora muitas vezes aquele local para dar apoio ao morador. Alertou também para o facto de nas proximidades do local existir rede de esgotos, coletor de águas e contadores de água da rede pública. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO IX – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM OLIVALINHO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE SANDRA ISABEL LOPES AZENHA – PROCESSO Nº 56/2015** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Olivalinho, na Freguesia de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 17 da Secção U, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X – PROLONGAMENTO DA AVENIDA MARECHAL HUMBERTO DELGADO – PARECER DA CCDRLVT** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a Câmara Municipal, após tomar conhecimento do teor e conclusões do Parecer emitido pela CCDRLVT em 23.02.2015, deliberar o seguinte:-----

1. Revogar a deliberação de Câmara datada de 22.10.2010, através da qual, dando cumprimento ao protocolo celebrado com a empresa FOZMASSIMO – Sociedade Imobiliária, S.A., foi determinado despoletar o procedimento expropriativo das parcelas necessárias à execução do prolongamento da Av. Marechal Humberto Delgado;-----
2. Revogar a deliberação de Câmara datada de 12.11.2010, através da qual decidiu aprovar as plantas identificativas das parcelas a expropriar de acordo com o

- projecto aprovado para a execução do arruamento, rotunda e infraestruturas conexas e enquadramento em instrumento de ordenamento territorial em vigor;-----
3. Aprovar a proposta do novo traçado apresentado pela empresa FOZMASSIMO – Sociedade Imobiliária, S.A., condicionada aos pareceres prévios a emitir pela CCDRLVT e pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, relativamente à questão da REN e do domínio hídrico, respectivamente;-----
 4. Comunicar a presente deliberação à empresa FOZMASSIMO – Sociedade Imobiliária, S.A., a qual, se os pareceres a emitir pelas entidades referidas no ponto anterior forem favoráveis, deverá, após notificada para o efeito, apresentar os respectivos projetos no prazo de 30 dias.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Fez o enquadramento de todo o processo em que a Câmara tentou ser mediadora e disse tratar-se de um assunto que se arrasta desde 2009/2010, chegando a estar agendado para se avançar com a expropriação. Por solicitação do Vereador Dr. Carlos Nazaré o assunto foi suspenso. Informou também que se realizaram várias reuniões com a presença também do Dr. Silvino Sequeira, Dr. Carlos Nazaré, Nuno Lucas e representantes da empresa Fozmassimo, numa 1ª fase. Posteriormente e já numa 2ª fase a empresa Fozmassimo deixou de ser a proprietária e passou para a Square. -----

Aditou que, numa das últimas reuniões realizadas e na presença de três representantes do anterior executivo, do Sr. Nuno Lucas e do advogado Dr. Carlos Tomé, do Dr. Luís Salinas em representação da Square e de dois representantes da Sonae, foi quantificado o valor e chegou-se a acordo. Há uma ata desta reunião no processo. Na sequência deste acordo houve troca de emails entre Nuno Lucas e a Fozmassimo e não foi dado cumprimento ao que ficara acordado quanto ao montante, tendo sido pedido um montante superior, assim como uma série de outras exigências.-

----- Mais uma vez, na tentativa de clarificar a situação e de se chegar a um acordo entre as partes foram trocados diversos email's que obtiveram sempre a mesma resposta negativa, das partes envolvidas. Perante isto a Câmara, e depois do que foi dito pelo Sr. Nuno Lucas em diversas reuniões, com todo o direito que lhe assiste, enquanto público, não deveria dizer aquilo que quer, mas a verdade dos factos, não foi possível o entendimento. Assim a Câmara, após emissão de parecer dos serviços técnicos solicitou um parecer à CCDRLVT sobre esta matéria, do qual leu a respetiva conclusão.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Opinou ter sido importante o enquadramento feito pelo Vice-Presidente, pois esta infraestrutura faz falta a Rio Maior e já devia estar construída, o que não aconteceu porque não houve condições de chegar a acordo com os proprietários dos terrenos. A Câmara na sua boa intenção procurou intermediar a negociação e quando estava previsto um processo de expropriação aceitou a sugestão dada pelos Vereadores do PS, de suspender o processo, para que as partes se pudessem entender. Infelizmente tal não foi possível, as partes nunca se entenderam. Dado as dificuldades verificadas foi solicitado parecer à CCDRLVT, se a Câmara poderia alterar o traçado daquela via, passando a um percurso alternativo, não envolvendo os atuais proprietários, perguntando-se ainda à CCDRLVT se era possível vincular as entidades responsáveis pela sua feitura a fazer a infraestrutura no novo espaço. Como a resposta foi positiva, considera existirem de momento condições para construir a nova via.-----

Aditou que do ponto de vista do ordenamento do território, inicialmente defendeu que o traçado fosse em reta, mas, quando, recentemente foi ao local, conjuntamente com o executivo e técnicos percebeu-se que tal intenção traria problemas dos dois lados da via, pela diferença de cotas existente, assim como o impacto visual seria muito complicado e difícil de harmonizar no futuro, não constituindo assim uma solução de que os autarcas se pudessem orgulhar. -----

Indicou o sentido de voto como favorável tendo em conta o parecer da CCDRLVT e solicitou toda a pressão junto da Fozmassimo no sentido de que, a obra da infraestrutura se inicie tão depressa quanto possível, solicitando ainda que continuasse a ser informado sobre a evolução do processo. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Opinou que este processo é o exemplo de que não se deve protocolar ou negociar contrapartidas quanto os interesses públicos estão em causa, tentando agora a Autarquia encontrar uma solução para sair de uma situação complexa e difícil. Neste processo a Câmara foi o elemento facilitador, foi a plataforma de entendimento e depois ficou com o problema para resolver.-----

Assim está o executivo confrontado com a revogação de uma decisão tomada o que releva que os considerandos que ao tempo eram verdadeiros, foram alterados, assim como a revogação do traçado. Apesar da garantia dada pela empresa, dos quinhentos mil euros, já passaram cinco anos e a infraestrutura que é estruturante para a rede viária do concelho não está feita, ficando ainda condicionada aos pareceres prévios a emitir pela CCDRLVT e pela Agência Portuguesa do Ambiente. -----

----- Chamou a atenção de que este processo levou a extremos envolvendo

relacionamentos muito difíceis e que em nada beneficiam o interesse público. No momento exige-se que, “cada um de nós, não os que aqui estão”, mas os de fora, elevem a sua postura face a alteração das correlações de forças, pelo que iria abster-se, a fim de viabilizar a solução encontrada.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Afirmou que, atingir o bem comum salvaguardando tudo e todos, é o ideal que deve nortear os autarcas na sua ação, mas consegui-lo sempre não é possível, sendo assim uma utopia. Na época, se não se tivesse viabilizado o negócio, correndo alguns riscos, por parte da Autarquia, a renovação daquele espaço não tinha acontecido, pois aquele foi um dos últimos investimentos feitos, pelo grupo, em território nacional, daí que, se devem encontrar soluções e vincular a unidade comercial aos compromissos assumidos. -----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu estar perfeitamente consciente do que votara na altura, pois a Câmara quando votou, salvaguardando o interesse público, com a garantia daquele traçado, foi na perspetiva de que, caso não passasse a licença de utilização condicionada à feitura da obra, com garantia real, o estabelecimento não tinha aberto ao público.-----

Aditou que, independentemente daquele eixo viário não estar feito, associado ao mesmo foi implantado um espaço comercial que criou postos de trabalho e permitiu que um maior número de empresas de distribuição e de pessoas se deslocassem a Rio Maior, dinamizando a economia local. -----

----- Aditou que, se neste momento o traçado não está feito é porque, para além da situação do Sr. Nuno Lucas, a situação interferiu também com os interesses dos grupos económicos, Pingo Doce/Jerónimo Martins e Continente/ Sonae.-----

----- Referiu nunca ter entendido as acusações feitas pelo Sr. Nuno Lucas, pois a Câmara sempre agiu de forma transparente em todo o processo. As reuniões realizadas foram na presença de todos os envolvidos e não admitia ter sido responsabilizado pelo processo não ter evoluído. Disse também que, como autarca, já fora eleito por diversas forças políticas, o que, na sua modesta opinião, demonstrava a confiança depositada em si pelos eleitores Riomaioreses. -----

----- Terminou informando que aquela zona está dentro do perímetro urbano de Rio Maior e que em PDM, está prevista a construção até dois pisos. Opinou que o concelho de Rio Maior só tinha a ganhar com a concretização daquela circular que permitirá descongestionar o trânsito na Av. Mário Soares e na Rua da Paz e apesar de ter passado demasiado tempo, o que está a ser proposto é para defender o interesse público e o município de Rio Maior. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO XI – COMISSÃO DE ANÁLISE PARA AS BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO 2014/2015 -SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO EFETIVO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO LIMITE PARA A TOMADA DE PROCEDIMENTOS** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior, deliberar aprovar a constituição da Comissão de Análise das Bolsas de Estudo para o ano letivo 2014-2015, nos seguintes termos: -----

----- Presidente: João Socorro, Chefe de Divisão da UEASCDTJ;-----

----- Vogais efetivos: Sónia Rebocho, Técnica Superior e Henrique Granada, Dirigente do GJCP;-----

----- Vogais Suplentes: Ana Goucha Natálio, Técnica Superior e Cidália Rosa, Coordenadora Técnica.-----

----- Deliberar ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 10º do supracitado Regulamento, que a Comissão de Análise inicie os procedimentos da apreciação dos pedidos de atribuição da respetiva bolsa no prazo limite de quinze dias úteis, contados a partir da data da presente reunião de câmara.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes ---

----- **PONTO XII – PROPOSTA DE REGULAMENTO – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM** ----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, submeter a proposta de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem, a apreciação publica.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Opinou que o Orçamento Participativo Jovem vai permitir aos jovens cidadãos do município de Rio Maior participarem ativamente no processo de decisão de investimentos públicos na área da juventude. Aditou que os três objetivos principais são contribuir para uma maior aproximação das políticas públicas às reais e expectantes necessidades dos jovens e da comunidade em geral; potenciar o exercício de uma cidadania participativa, ativa e responsável para reforçar a

credibilidade das instituições e a qualidade da democracia e ainda incentivar a interação entre eleitos, técnicos municipais e os jovens cidadãos na procura de soluções para melhorar a transparência da gestão pública e a qualidade de vida no Concelho. Informou que a ideia começou a ser debatida no Conselho Municipal de Juventude e embora em termos jurídicos não fosse necessário, o executivo entendeu submete-lo a discussão pública, para posterior envio à Assembleia Municipal. Podem participar jovens entre os catorze e os trinta e cinco anos.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a CDU e o PCP gostam do orçamento participado que é algo de diferente, no entanto salientou positivamente a iniciativa, indicando o sentido de voto como favorável dado tratar-se de um primeiro passo para o exercício da cidadania e para a valorização da participação. Salientou também a importância que a Autarquia pode ter na dinamização dos processos participados e opinou que a participação na cidadania é fundamental para garantir um Poder Local democrático.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a apresentação da proposta de regulamento dado ser da maior importância dar oportunidade aos jovens, fomentar a sua ligação à vida cívica, motivando as novas gerações para a participação na vida pública. Aditou que o executivo deve fornecer aos jovens as condições para o exercício dessa participação.-

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Informou que o setor da juventude está a preparar um guia prático para divulgação junto dos jovens para que estes tenham conhecimento e possam participar.-----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Opinou que esta proposta é importante, pois cada vez mais os jovens se afastam da política e toda aquela força que as juventudes partidárias tiveram a seguir ao “25 de Abril” têm-se diluído no tempo. Também referiu a falta de participação jovem nas comemorações do aniversário do “25 de Abril”.-----

----- **VICE-PRESIDENTE** -----

----- Nos termos do n.º5 do artigo 27º do regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes ---

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e cinco minutos, o Vice-Presidente da Câmara

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE ABRIL DE 2015

Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião da qual, e para constar, se lavrou minúta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

O VICE- PRESIDENTE : _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____